

LEGADO, CARTOGRAFIAS E A VANGUARDA DO CONHECIMENTO NEGRO - EDITORIAL

Renata de Melo Rosa¹

Diretora do Instituto Maria Quitéria, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Yure Gonçalves da Silva²

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, PE, Brasil.

Acerca das produções bibliográficas da presente edição

É com profunda satisfação que apresentamos a edição V.16 N.44 da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), um marco na produção científica comprometida com a descolonização do conhecimento e a justiça racial. Em um Brasil em que 55,6% da população se autodeclara negra (preta e parda), segundo dados do IBGE (2022), mas permanece sub-representada nas esferas acadêmicas, um fenômeno que configura o que Sueli Carneiro (2005) define como um "epistemicídio", esta coletânea de 21 artigos emerge como trincheira epistemológica contra as desigualdades raciais vivenciadas no contexto brasileiro. Reunindo pesquisadores de 12 estados, esta edição não apenas mapeia assimetrias estruturais, mas propõe alternativas concretas ancoradas em saberes

¹ Graduada em Ciências Sociais pela UERJ, Mestra em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, Doutora em Antropologia da América Latina e Caribe pela UnB, com pós-doutoramento pelo Institut National d'Administration, Gestion et Hautes Études Internationales da Universidade do Estado do Haiti. Docente Universitária do Centro Universitário de Brasília. Diretora do Instituto Maria Quitéria e Presidente da Câmara Dominica Brasileira de Empreendedorismo Social. Pesquisadora associada da ABPN e Editora-chefe da Revista ABPN | E-mail: rmelrosa@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8125-5475>

² Graduado em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFPE. Educomunicador. Pesquisador do campo da Educação e Saúde da População Negra. Pesquisador associado à ABPN e da ANPED. Membro do Corpo editorial da Revista ABPN | E-mail: yureygs@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9776-3332>

ancestrais, quilombolas, periféricos e insurgentes. As produções aqui compiladas desafiam as perspectivas hegemônicas e apontam outros caminhos para a construção de uma ciência socialmente referenciada que respeite as diferenças, cujo impacto transcenda as fronteiras acadêmicas e reverbere nas lutas por equidade em todos os espaços sociais.

Iniciamos esta edição com reflexões críticas sobre as desigualdades educacionais racializadas. O artigo "Desvantagens Educacionais de Meninos e Homens Negros no Brasil" desvela como a construção social da masculinidade negra opera como dispositivo de exclusão escolar. Analisando dados do INEP e entrevistas em dez estados, o artigo demonstra que meninos negros representam 72% dos casos de evasão no ensino médio. O conceito de "imagem de controle", cunhado por Patricia Hill Collins (2019, p.136) é utilizado aqui para refletir como os estereótipos que são aplicados a grupos subordinados para justificar sua dominação. Quando sistemas educacionais naturalizam a associação entre corpos negros e hiperssexualização ou violência, criam profecias autorrealizáveis que afastam jovens negros de trajetórias acadêmicas. A pesquisa defende um modelo pedagógico descolonizador, em linha com as diretrizes da Lei 10.639/2003, que prevê a reestruturação curricular com história africana e afro-brasileira, formação docente antirracista e programas de mentoria com profissionais negras e negros.

Complementarmente, "Ancestralizando o Futuro: Experiências Quilombolas na Pós-Graduação em História/UFC" expõe os desafios enfrentados por doutorandos quilombolas na Universidade Federal do Ceará. Apesar de o Censo 2022 registrar 1,3 milhão de quilombolas no Brasil, sua presença na pós-graduação permanece invisibilizada. Através de metodologia autobiográfica, o estudo detalha como editais específicos garantem acesso, mas não resolvem conflitos ontológicos, a obra dá indícios de que a universidade reconhece a existência jurídica dos quilombolas, mas não as epistemologias. Trabalha com arquivos coloniais enquanto que no quilombo os mais velhos(as) são fontes vivas, gerando fissuras existenciais.

Dialogando com a noção de "Quilombismo" de Abdias Nascimento (1980), que propõe um modelo de sociedade baseado na experiência histórica dos quilombos, e com as reflexões de Beatriz Nascimento (2018) sobre o quilombo como espaço de ressignificação do corpo-território, o artigo defende políticas que respeitem a especificidade quilombola, incluindo flexibilização de prazos e validação de saberes tradicionais, conforme previsto na Convenção 169 da OIT.

O debate sobre educação e formação profissional, "Escola de Arte Escultural: a experiência educacional do Terreiro Pai Xangô das Cachoeiras na perspectiva das práticas de ensino e aprendizagem no campo da Educação não-formal em educação técnica e profissional" propõe uma avaliação pioneira sobre as dinâmicas pedagógicas que ocorrem em ambientes religiosos afro-brasileiros. A pesquisa investiga a atividade educacional efetivada no Terreiro Pai Xangô das Cachoeiras, situado na cidade da Barra, região de identidade Velho Chico, na Bahia, evidenciando de que maneira a escola-ateliê deste espaço religioso atua considerando as lentes da educação técnica e profissional.

Na seção dedicada à saúde da população negra, "A População Negra Usuária da Política de Saúde Mental em Campos dos Goytacazes-RJ" expõe o racismo institucional no norte fluminense. Analisando 120 prontuários e realizando 30 entrevistas, as autorias constataram que 78% dos usuários de CAPS são negros, mediante uma importante correlação entre segregação espacial e diagnóstico de transtornos graves. Evidencia-se que o fechamento de manicômios não eliminou práticas asilares, e o racismo ambiental configura "desertos terapêuticos" em periferias negras, dentro das quais a herança escravocrata se manifesta na arquitetura urbana. Propõe-se a criação de comitês étnico-raciais nos conselhos municipais de saúde como mecanismo de correção.

No mesmo campo temático da saúde, emergiu outra contribuição importante acerca da interface entre Psicologia e questões raciais. "Transformações em curso: a perspectiva da Psicologia em relação às

mulheres pretas e a visão das mulheres pretas sobre a Psicologia" realiza uma análise crítica da carência de publicações acadêmicas acerca de psicólogas pretas no Brasil, apoiando-se nas teorias interseccionais pretas como referencial teórico e metodológico. O levantamento aponta a acentuada carência de investigações que discutam a vivência das psicólogas negras e examinem a temática do racismo na profissão, destacando a urgência de uma perspectiva antirracista na Psicologia no Brasil.

Paralelamente, "Um Ofício de Fé e Coragem: Parteiras Tradicionais na Vila de Joana Peres" documenta, através de etnografia imersiva no Pará, o sistema de saberes ancestrais quilombolas. Revela-se que, além de realizar 86% dos partos locais, essas mulheres atuam como guardiãs de plantas medicinais da Amazônia, mediadoras de conflitos e transmissoras de história oral. O estudo denuncia que o Decreto 8.901/2016, que reconhece parteiras tradicionais, não se efetiva na ausência de infraestrutura, defendendo a criação de casas de parto quilombolas como alternativa ao modelo hospitalar excludente.

O núcleo desta edição concentra-se nas territorialidades urbanas e resistência cultural. Em "Olhar Inconsciente do Corpo: Raça e Discriminação na Percepção de Jovens Negros", a pesquisa realizada com 14 adolescentes de Teresina identifica sete binômios que estruturam sua autoimagem: raça-crime, raça-consumo, raça-representatividade, raça-classe, raça-estética, raça-afeto e raça-escravidão. A análise de discurso mostra que expressões como "olhar" e "lutar" aparecem 15 vezes mais que em grupos não negros, indicando uma corporalidade negra sob vigilância constante.

A potência terapêutica da palavra poética é explorada em "Mulher, Preta, Poeta e Frágil: Vulnerabilidades no Slam Poetry". O estudo cataloga experiências de mulheres negras em três eixos estruturantes: o paradoxo da resistência-vulnerabilidade, no qual a força convive com a exposição da fragilidade; a poesia como instrumento de reforço emocional; e o *slam* como ambiente transformador que opera como contrapoder terapêutico. Destaca-se

que esses espaços, embora vitalícios, carecem de reconhecimento como políticas públicas de saúde mental.

Nas investigações sobre territorialidade, "Quintais Negros Urbanos como Resistência Cultural no Interior Paulista" examina esses espaços em São Carlos, Araraquara e Santa Bárbara d'Oeste como redes de sociabilidade pós-abolição. Através das trajetórias de famílias negras, demonstra-se como quintais funcionam como arquivos vivos da memória afrodiáspórica, permitindo a transmissão intergeracional de tradições em meio à pressão urbana.

Falando mais acerca da territorialidade urbana, "O desenvolvimento sociorracial em Belém do Pará: o papel do negro na produção dos bairros da Sacramento e do Barreiro" apresenta análises sobre as implicações das relações raciais na configuração do espaço metropolitano. Esta pesquisa pretende averiguar de modo mais específico os periféricos bairros da Sacramento e do Barreiro em Belém/PA, para compreender como a raça influencia o processo de desenvolvimento social, espacial e econômico desses territórios.

Através de levantamento bibliográfico e documental, coleta e análise de dados secundários, trabalho de campo com aplicação de questionários e levantamento fotográfico, além da produção de mapas, tabelas e gráficos, a pesquisa constata que os aspectos raciais são marcantes no espaço urbano e nos sujeitos de Belém. O estudo revela como as pessoas negras e pardas são colocadas em posições desprivilegiadas e apartadas na metrópole, especialmente no que se refere à habitação e ao trabalho, demonstrando como se criam e se reforçam estigmas negativos e estereótipos sociorraciais referentes às populações que residem na Sacramento e no Barreiro, mesmo após os bairros terem sido reestruturados e incorporado serviços relevantes no desenvolvimento da metropolização do espaço.

Ainda no campo das territorialidades urbanas e da religiosidade, "Nas correntezas da urbanização: tradição e religiosidade negra na cidade contemporânea" analisa como a religiosidade popular negra embasa e

manifesta modos de ser e pertencer, constituindo uma territorialidade étnica na realidade urbana. Esta investigação foca na Comunidade Quilombola dos Arturos, em Minas Gerais, refletindo os sentidos que organizam a vida comunitária desse grupo, produzidos entre a realidade urbana contemporânea e a realidade mítica de suas tradições. Esta pesquisa reflete sobre identidade cultural e religiosa das comunidades quilombolas urbanas em contextos de urbanização.

Já "Sambas da Feliz/Cidade Negra" decodifica letras de Dona Ivone Lara, Paulinho da Viola e Jovelina Pérola Negra, revelando o samba como tecnologia de alegria política. A análise demonstra como essa expressão cultural constrói simbolicamente cidades negras através de três dimensões: como possibilidade de invenção de novos encontros urbanos; como imperativo de alegria que desafia tristezas estruturais; e como movimento temporal que reconecta passado e futuro na experiência do viver negro.

A reconstrução da memória histórica aparece em "Cantorias e Danças nas Ruas do Rio Oitocentista", que investiga o apagamento do lazer escravizado. Utilizando a pintura "Cena de Carnaval", de Debret, o estudo submeteu a imagem a 198 participantes: apenas 20% identificaram a cena festiva, enquanto 45% não criaram título e os demais interpretaram cenas de violência ou trabalho. Estes dados quantificam o esquecimento social das expressões culturais urbanas negras no século XIX.

Na esteira da discussão sobre memória histórica e resistência cultural, "Movimento Black e a Contracultura Negra no Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 1970" revisita a história da consolidação do movimento negro nas duas principais metrópoles brasileiras durante a década de 1970, período da ditadura militar no Brasil. O estudo examina a repressão sistêmica enfrentada pelo movimento nesse período, utilizando revisões bibliográficas em obras que analisam documentos e fontes. Segundo o estudo, o movimento foi alvo de investigações militares, o que levou à repressão aos frequentadores de bailes negros. Por meio da análise de diversas fontes, como relatos e fotografias, o

estudo demonstra como a ditadura militar incentivou a criminalização da população negra, reforçando o caráter racista do regime.

Na seção final, "Onde Estão as Treinadoras Esportivas Negras? Experiência no Futsal Feminista" utiliza narrativa autobiográfica para analisar a interseccionalidade na liderança esportiva. O estudo descreve quatro processos cruciais: a consciência do lugar de fala entre passado e presente; as escrevivências como ato político; a autodefinição racial; e os desafios de se tornar treinadora em espaços majoritariamente brancos.

Em "O Que Trago Neste Balaio Vale Mais Que Ouro: Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro", o autor defende o reconhecimento do samba, capoeira e terreiros como pilares da identidade nacional. Argumenta-se que a patrimonialização deve vincular-se à reparação histórica e educação antirracista, centrando-se em três eixos: memórias como resistência, ancestralidades como fundamento epistemológico e oralidades como veículo de transmissão.

Fechando as contribuições originais, "Governança como Caminho para uma Ciência de Dados Decolonial" critica a hegemonia euro-americana na produção de dados. O artigo demonstra como os algoritmos reproduzem marginalização ao negligenciar contextos periféricos, propondo modelos alternativos de governança que enfatizem inclusão, auditoria étnico-racial e equidade no acesso à informação.

As resenhas ampliam o diálogo teórico: "Resgatando Ancestralidades: Afrodescendência Segundo Francis Boakari" analisa a obra do autor e destaca sua importância para os estudos diaspóricos, destacando sua denúncia do racismo estrutural como continuidade da lógica escravocrata. Já "Agência Criativa Negra: Reconfigurando o Debate Sociológico" examina o livro de Valter Silvério, que desmonta o mito da democracia racial e insere raça, diáspora e transnacionalismo no cerne da análise sociológica contemporânea.

Coletivamente, esta edição avança a ciência brasileira em múltiplas dimensões. Epistemologicamente, ao ampliar vozes periféricas, quilombolas e de terreiros como produtoras de saber legítimo, a revista materializa o que

Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de "ecologia de saberes", que consiste no "reconhecimento da copresença de diferentes saberes e na necessidade de estudar as afinidades, as divergências, as complementaridades e as contradições que existem entre eles". Metodologicamente, ao inovar com abordagens interseccionais que entrelaçam gênero, raça e classe em análises urbanas, educacionais e de saúde. Politicamente, ao oferecer subsídios concretos para ações afirmativas, como a recente Lei 15.142/2025 que garante acesso de quilombolas ao serviço público federal, além de propor mecanismos de regulação midiática e políticas de saúde mental étnico-raciais. Eticamente, ao demandar o reconhecimento de saberes ancestrais como patrimônio nacional intangível e ao expor a urgência de enfrentar o racismo algorítmico na ciência de dados.

Reafirmamos, assim, o compromisso da ABPN com uma ciência antirracista e transformadora. Esta coletânea não apenas amplia fronteiras acadêmicas, mas fortalece lutas sociopolíticas, inspirando a formulação de políticas públicas e renovando as esperanças de um projeto nacional verdadeiramente inclusivo. Que estas páginas sirvam como farol para pesquisadores (as), gestores (as) e movimentos sociais na construção de um Brasil no qual conhecimento e justiça racial sejam pilares indissociáveis.

Convidamos à leitura atenta e reflexiva desta edição que, em sua complexidade e rigor, honra o protagonismo negro na produção científica contemporânea.

Sobre a Capa e o Título

A intersecção entre a proposta visual e o conteúdo temático que permeia a edição v.16 n.44 da Revista da ABPN é apresentada neste texto. A capa de uma revista acadêmica transcende sua função meramente estética; ela se configura como um manifesto visual, um convite à reflexão e um portal para o universo de discussões que se desdobra em suas páginas. Para esta edição

especial, o desafio consistiu em traduzir a profundidade e a urgência das discussões sobre a experiência negra no Brasil em uma linguagem visual que fosse simultaneamente impactante, simbólica e academicamente relevante. A escolha do título “Cartografias da Reexistência: Corpo, Memória e Futuro Negro no Brasil” e da imagem da capa não foi aleatória, mas sim o resultado de um processo de imersão nos temas centrais da edição, buscando uma síntese que ressoasse com a proposta de reexistência e com a complexidade das “cartografias” que os artigos se propõem a traçar.

O título “Cartografias da Reexistência” é a espinha dorsal desta edição, funcionando como uma lente através da qual os diversos artigos podem ser compreendidos. “Cartografias” evoca a ideia de mapeamento, de traçar rotas e de desvendar territórios – sejam eles geográficos, sociais ou existenciais. No contexto da reexistência negra, cartografar significa não apenas reconhecer os caminhos percorridos e as lutas travadas, mas também projetar novas rotas de libertação e empoderamento. “Reexistência”, por sua vez, é um conceito potente que vai além da simples resistência; implica em uma ação afirmativa de reconstrução, de reafirmação da vida e da identidade negra diante das estruturas de opressão.

Os subtítulos “Corpo, Memória e Futuro Negro no Brasil” delineiam os eixos temáticos que amarram a edição, reconhecendo o corpo como *locus* de experiência e resistência, a memória como elo com o passado e alicerce para o presente, e o futuro como horizonte de possibilidades e de construção de uma sociedade mais justa. A capa, com seus padrões abstratos que remetem à ancestralidade africana e à cultura afro-brasileira, serve como uma representação visual dessa complexa teia de significados, um convite à exploração das múltiplas camadas da experiência negra no Brasil.

A intrínseca conexão entre o título “Cartografias da Reexistência: Corpo, Memória e Futuro Negro no Brasil” e os capítulos que compõem a edição v.16 n.44 da Revista da ABPN é evidente na forma como cada contribuição, à sua maneira, contribui para o mapeamento das complexas relações entre corpo,

memória e futuro negro. O título não é apenas um rótulo, mas uma chave interpretativa que unifica as diversas abordagens presentes na revista.

Uma das contribuições desta edição dialoga diretamente com a ideia de “Cartografias” ao propor um mapeamento conceitual e prático para a descolonização de campos do conhecimento e da tecnologia. Ao abordar a governança de sistemas de informação sob uma perspectiva decolonial, este trabalho emerge como uma forma de reexistência no campo tecnológico, por meio do qual o “corpo” dos dados, a “memória” dos algoritmos e o “futuro” da informação são repensados para promover a equidade. A crítica à hegemonia eurocêntrica na arquitetura do conhecimento reflete a necessidade de reescrever as “cartografias” do saber, garantindo que as vozes e as necessidades das regiões periféricas sejam incluídas e valorizadas. Esta contribuição, portanto, é uma cartografia da reexistência no âmbito da tecnologia e do conhecimento.

Outro estudo relevante explora a relação com o “Corpo” e a “Memória” de forma profunda. A pesquisa investiga como o corpo negro é percebido e como a memória da discriminação racial se manifesta na autoimagem de jovens. As “cartografias” aqui são as experiências vividas, as marcas do racismo que se inscrevem no corpo e na psique. A luta desses jovens por reconhecimento e por uma autoimagem positiva é um ato de reexistência, um desafio às narrativas hegemônicas que buscam desumanizar e inferiorizar. Esta contribuição, ao dar voz a essas experiências, traça uma cartografia da subjetividade e da resiliência do corpo negro.

Por fim, uma terceira contribuição conecta-se diretamente com o “Futuro Negro no Brasil” e com a própria essência da “Reexistência”. Ao analisar manifestações culturais urbanas, este trabalho apresenta espaços de criação de novas “cartografias” sociais, dentro das quais o corpo se expressa através do ritmo e da palavra, e a memória da luta é ressignificada em versos de resistência. A cultura abordada, nesse contexto, é um motor de transformação social, construindo comunidades e projetando um futuro no qual a liberdade e o reconhecimento sejam alcançados através da arte e da mobilização. Esta

contribuição, ao explorar a potência transformadora da cultura, oferece uma cartografia da reexistência cultural e política, apontando para um futuro negro de plena autonomia e celebração da vida.

Em suma, o título “Cartografias da Reexistência: Corpo, Memória e Futuro Negro no Brasil” não é apenas um adorno para a capa, mas a síntese conceitual que amarra as diversas contribuições desta edição. Ele convida o (a) leitor (a) a uma jornada de mapeamento e desvendamento das múltiplas facetas da experiência negra, reforçando o compromisso da ABPN com a produção de conhecimento que ilumina e transforma.

Homenagem ao Professor Paulo Vinícius

É com profundo sentimento de admiração e saudade que dedicamos esta edição, a de número 44, à memória de Paulo Vinícius Baptista da Silva (1965-2024), um intelectual gigante e um incansável defensor de uma educação verdadeiramente antirracista e inclusiva. A trajetória do pesquisador Paulo Vinícius confunde-se com a própria história da luta antirracista na academia brasileira. Como professor, pesquisador e, mais recentemente, como Superintendente de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade na UFPR, ele não apenas produziu conhecimento, mas forjou caminhos e abriu portas.

Sua vasta produção acadêmica, refletida em mais de uma centena de publicações entre artigos, livros e capítulos, e com um impacto que ultrapassa mil e seiscentas citações, é um testemunho de seu rigor intelectual e de seu compromisso inabalável. Paulo Vinícius transitava com maestria entre a Psicologia Social e a Educação, dissecando as estruturas do racismo, como analisou em seus estudos sobre o discurso em livros didáticos (SILVA; ROSEMBERG; BAZILLI, 2003), e propondo, com a mesma intensidade, políticas afirmativas e práticas pedagógicas transformadoras (SILVA; GOMES; BRITO, 2021). Ele não se limitou aos muros da universidade; sua voz ecoou em mais de 40 instituições pelo Brasil e em diversos países, levando suas reflexões sobre direitos humanos e relações étnico-raciais a um público global.

Sua dedicação à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) merece um destaque especial. À frente da Revista da ABPN, Paulo Vinícius foi mais do que um editor; foi um verdadeiro arquiteto de pontes intelectuais. Com visão estratégica e um cuidado editorial primoroso, ele transformou o periódico em um farol para os estudos afro-brasileiros, consolidando-o como um espaço de excelência, pluralidade e resistência. Seu trabalho incansável na revista não apenas amplificou vozes e perspectivas historicamente marginalizadas, mas também estabeleceu um novo padrão de qualidade e relevância para as publicações da área, deixando uma marca indelével e um modelo a ser seguido.

Mais do que os números impressionantes de sua produção, o que define o legado de Paulo Vinícius é a sua capacidade de inspirar e mobilizar. Ele foi um mentor para centenas de estudantes, desde a iniciação científica até o doutorado, e um articulador fundamental em redes de pesquisa. Ao perdermos Paulo Vinícius, perdemos um de nossos mais brilhantes pensadores, mas seu legado permanece vivo. Ele nos ensinou que a pesquisa acadêmica é, e sempre deve ser, uma ferramenta de transformação social. Que este volume, e todo o nosso trabalho futuro, possam honrar sua memória, dando continuidade à sua luta por uma sociedade e uma academia mais justas, plurais e humanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação**: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e258226, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate**: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2003.